



Estado do Pará

Poder Executivo

Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri

Procuradoria Jurídica



PARECER JURÍDICO

EMENTA: RESCISÃO AMIGÁVEL. POSSIBILIDADE. ART. 79, II, DA LEI 8.666/93.

I – CONSULTA

Trata-se de Consulta formulada pelo Sr. Secretário Planejamento e Gestão de Igarapé-Miri, o Sr. Edson de Jesus Antuns Corrêa, acerca da possibilidade de rescisão unilateral do contrato administrativo nº 015.1/2021-PMI-INEX firmado com a empresa MSV AMAZON CONSULTORIA E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 17.305.612/0001-95, em razão da contratada não ter mais interesse na avença.

Para responder à consulta acima apresentada, elaboramos o parecer jurídico que se segue.

II – PARECER

O Consultante informa que a Administração tem interesse na rescisão do contrato administrativo nº 015.1/2021-PMI-INEX, cujo objeto é a contratação de serviço de assessoria e consultoria em licitação, solicitando manifestação desta Procuradoria sobre a possibilidade jurídica da extinção do ajuste.

Verifica-se que o contrato administrativo teve sua origem no Processo de inexigibilidade nº 015/2021-PMI-INEX, sendo celebrado em 02.09.2021, com vigência de doze meses, prevista a prorrogação nos limites permitidos pela Lei nº 8.666/93, consoante a sua cláusula quarta.

Passados aproximadamente 09 (meses) meses do início de sua vigência, as partes almejam rescindir o contrato, devido a falta de interesse da Contratada em manter o contrato.



A disciplina legal sobre a rescisão de contratos administrativos encontra-se no art. 58, caput e inc. II, e arts. 77 a 80, da Lei nº 8.666/93, assim dispondo:

“Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: (...) II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. XVIII – descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:
I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;
II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; III - judicial, nos termos da legislação; IV - (Vetado) IV - (Vetado).
§ 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

À análise dos dispositivos legais retro e, ainda, levando-se em conta os fatos narrados pela Consulente, a primeira hipótese de rescisão possível de se ventilar é a amigável, ou seja, o distrato.

Com efeito, o art. 79, inc. II, da Lei nº 8.666/93, prevê a rescisão amigável, aquela acordada entre as partes, desde que conveniente para a Administração e reduzida a termo o distrato.

Sinale-se que na rescisão amigável impõem-se como requisitos prévios a aquiescência da contratada e a conveniência para a Administração. Ou seja, os contratantes manifestam o seu interesse no desfazimento do ajuste, mas o interesse público não pode ser prejudicado. Nessa verga, é insuficiente a Administração e a contratada não mais desejarem a manutenção do contrato.

O ordenamento jurídico reclama que o distrato seja proveitoso para a Administração, ou seja, o desprendimento contratual trata-se de medida oportuna e não vai causar nenhum dano ao erário.



Neste sentido, esta assessoria jurídica entender ser possível a rescisão amigável com base no art. 79 Inc. II da Lei 8666/93.


Ressalte-se, ainda, que foram resguardados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, do julgamento objetivo, da finalidade, portanto, respeitadas as normas que regem a modalidade em comento.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, entendemos que a rescisão unilateral dos contratos administrativos n.º 015.1/2021-PMI-INEX, está amparada no art. 79, Inc. II da Lei 8666/93, haja vista as partes estarem de acordo com a rescisão contratual.

É o parecer,
que submetemos à superior consideração.

Igarapé-Miri/PA, 02 de abril de 2021.


Sylber Roberto da Silva de Lima
Assessor Jurídico